

# MEMÓRIA SILENCIADA

*Maria Aparecida de Moraes Silva\**

*Andréia Peres Appolinário\*\**

**Resumo:** O objetivo deste texto é reconstruir a memória de negros na cidade de São Carlos do Pinhal (início do século XX), logo após a libertação, tentando preencher uma lacuna existente entre o ano de 1888 e o período posterior, que privilegia a imigração estrangeira. Foi utilizada como principal fonte de pesquisa a história oral em razão da importância que a oralidade tem em temas em que, frequentemente, são raras outras fontes. Foram entrevistados um senhor com 116 anos, morador na cidade de Rincão/SP, ex-escravo da região, que se constitui num verdadeiro testemunho da época, e também uma senhora negra com 95 anos, residente na Fazenda do Pinhal em São Carlos. Além das fontes orais, foram encontradas algumas fontes documentais, como monografias, jornais da época, fotos, cartas pessoais de fazendeiros, em que aparecem alguns fragmentos da situação dos homens e mulheres libertos..

**Palavras-chave:** memória de negros libertos. escravidão. trabalho.

O objetivo deste texto é reconstruir a memória de negros na cidade de São Carlos do Pinhal (início do século XX), logo após a libertação, tentando preencher uma lacuna existente entre o ano de 1888 e o período posterior, que privilegia a imigração estrangeira. A consulta à bibliografia mostrou que a realidade dos negros após a abolição ainda carece de mais pesquisas<sup>1</sup>.

Foi utilizada como principal fonte de pesquisa a história oral em razão da importância que a oralidade tem em temas que, frequentemente, são raras outras fontes. Foram entrevistados um senhor com 116 anos, morador na cidade de Rincão/SP, ex-escravo da região, que se constitui num verdadeiro testemunho da época, e também uma senhora negra com 95 anos, residente na Fazenda do Pinhal em São Carlos. Além das fontes orais, foram encontradas algumas fontes documentais, como monografias, jornais da época, fotos, cartas pessoais de fazendeiros onde aparecem alguns fragmentos da situação dos homens e mulheres libertos.

Há uma escassez de documentos escritos a respeito do período da escravidão na região de São Carlos, já que muitos foram destruídos, e os que restam, às vezes, são omitidos por contestarem a história oficial. Vale a pena destacar que a fazenda do Pinhal, pertencente ao Conde do Pinhal, possuidora de uma significativa escravaria, hoje tombada pelo Patrimônio Histórico, não possui nenhum documento sobre os escravos, sem contar que a antiga senzala foi remodelada para salão de festas! As fontes encontradas - escritas e orais - possibilitaram a descoberta das atividades exercidas pelos ex-escravos nas brechas

\*Professora aposentada da UNESP/Araraquara e atualmente Visitante do PPG/Geografia/USP

\*\*Graduada em História pelo Centro Universitário Central Paulista (São Carlos/SP)

1-Consultar a respeito, dentre outros; Prado Jr. (1972); Kowarick (1987); Fausto (1976); Fernandes (1962, 1975); Dean (1977); Spindel (1980); Martins (1979).

do mundo do trabalho livre que, depois da abolição, passou a ser dominado pelos imigrantes brancos estrangeiros, principalmente italianos. Para muitos negros, a abolição não resultou no trabalho livre, já que não foram preparados para a liberdade. As oportunidades de trabalho oferecidas aos libertos eram as mais precárias e menos compensadoras, tais como o emprego doméstico para as mulheres, e as atividades agrícolas, como a derrubada das matas, sob a forma de empreitadas, para os homens.

Em muitos momentos, constatou-se o silêncio a respeito da própria história. Silêncio interpretado como forma de resistência e não como esquecimento. Decorridos mais de um século da abolição observou-se que aqueles, ou mesmo seus descendentes, que experimentaram a realidade da escravidão, preferem calar-se a respeito. O silêncio foi interpretado como ingrediente da memória individual e social. Quanto ao trabalho, verificou-se a participação em atividades mais desvalorizadas; casos de anomia social (alcoolismo, itinerância) foram mencionados, além de atos criminais, encontrados nos jornais da época.

Com o intuito de facilitar a exposição, serão feitas inicialmente algumas observações sobre as análises realizadas por historiadores locais e outros pesquisadores e as fontes primárias escritas sobre a presença dos negros no município de São Carlos do Pinhal. Em seguida, serão privilegiadas as fontes orais, relativas às lembranças dos depoentes.

### **Um pouco da história escrita**

Em fins do século XVIII, na crença de que havia ouro na região, foram adquiridas as sesmarias que mais tarde iriam formar o município de São Carlos do Pinhal. Houve, então, a divisão e a especulação de terras adquiridas por grandes fazendeiros que introduziam as lavouras cafeeiras. A primeira carta de sesmaria foi concedida em 1781 ao cirurgião-mor Manoel Martins dos Santos Rego, que a comprou do capitão-general Martins Lopes Lobo Saldanha. As três léguas de terras concedidas foram vendidas em 1786 a Carlos Bartholomeu de Arruda Botelho, sargento-mor da Vila de Itu, anteriormente em 1831, por Antônio Carlos de Arruda Botelho. Essa gleba



*Estação Monjolinho Ano 2001*

*Foto: A . P . A.*

constituiu o marco inicial da cidade, que começou a ser construída em 1856, mas em 1857, com a conclusão da capela, foi criado o Distrito de Paz de São Carlos do Pinhal, o qual foi elevada à categoria de Vila em 1865. Junto à construção da cidade foram demarcadas outras sesmarias, dentre elas a sesmaria do Monjolinho em 1811, em cujas terras foi se estendendo o processo inicial da urbanização. Além das sesmarias oficiais foi criada a sesmaria do Quilombo,

constituída por negros fugitivos das fazendas cafeeiras (DEVESCOVI, 1987, p. 21). Nessa região, a cultura da cana-de-açúcar não tinha nenhum significado econômico relevante, embora já existisse. Tudo indica que, apesar de o município de São Carlos estar próximo das regiões de cana-de-açúcar, essa cultura não teve grande importância nesse momento. A efetiva fixação do homem na região foi determinada pela chegada da lavoura do café que deu um salto econômico que fizera do município um dos maiores produtores de café do Estado. Segundo Truzzi (1996), quem plantou o primeiro cafezal na área por volta de 1840 foi Antônio Carlos de Arruda Botelho, que desenvolvia atividades de pecuária na Fazenda Pinhal em São Carlos. Nesse contexto, iniciou a exploração de outras fazendas próximas para o plantio de café (DEVESCOVI, 1987, p. 23). A lavoura cafeeira encontrava sérias dificuldades para sua expansão na região, incluindo a falta de mão-de-obra e o isolamento de São Carlos dos centros exportadores. Tudo indicava que a mão-de-obra escrava era insuficiente no local e a população livre (os posseiros) preferia continuar com as atividades de subsistência (DEVESCOVI, 1987, p. 23).

Em virtude desse aspecto, a lavoura cafeeira teve uma expansão bastante lenta na região e a transformação do café em lavoura comercial somente começou a acontecer após 1860. Durante mais de trinta anos, os fazendeiros da região continuaram utilizando o trabalho escravo, pois este representava a garantia dessa produção (TRUZZI, 1986, p. 38).

Os escravos eram trazidos pelos seus proprietários dos estados que se encontravam em crise (Minas Gerais e os do Nordeste), além de municípios vizinhos. Como indica a literatura existente, esses proprietários geralmente já possuíam terras em outras regiões. Segundo entrevista com o Senhor Natal, com 116 anos de idade, ex-escravo da região, sua família foi trazida de Campinas para São Carlos para a formação da Fazenda Pinhal.

(...) O finado do meu pai ajudou a trabalhar os antigos, ajudou a fazer, eu me lembro quando fez o museu (...) vieram abrindo quando chegou em São Carlos se abriu ali em São Carlos a Fazenda Pinhal... (Sr. Natal)

Outra entrevistada também assim se refere:

Meu pai era baiano, ele veio da Bahia para cá...ele topou minha mãe, que veio do Piauí... e minha avó veio da África, minha avó era africana (Senhora Leonor, 95 anos).

Assim, por meio do tráfico interno, o município de S. Carlos foi adquirindo uma expressiva escravaria, de forma que o escravo chegou a constituir 66% do patrimônio do fazendeiro (SILVA, 2002). Devido ao alto preço da mão-de-obra escrava, em razão de sua escassez, os problemas se avolumaram em 1884. Nesse momento, um contingente de mão-de-obra estrangeira foi trazido para a região tornando a lavoura cafeeira a principal atividade econômica. Percebendo as dificuldades existentes com a mão-de-obra, o Conde do Pinhal em 1876 trouxe os primeiros imigrantes alemães com passagens por ele subsidiadas para a cidade. Em 1886 foi criada a Sociedade Promotora da Imigração. Até 1904 a maioria dos imigrantes que chegaram eram provenientes da Itália.(TRUZZI, 1986, p. 61). Durante esse período de fundação da cidade até o momento de transformação da lavoura cafeeira em principal atividade

econômica, São Carlos passou por um processo bastante significativo de crescimento populacional e diversificação social de sua população (DEVESCOVI, 1987, p. 25). Com o desenvolvimento da cultura cafeeira, houve um afluxo de comerciantes e alguns fazendeiros passaram a fixar residência em São Carlos, reinvestindo aí os excedentes produzidos. Adquirindo os títulos de propriedade, os grandes fazendeiros expulsavam os posseiros que eram submetidos ao arrendamento, dando continuidade ao processo de desbravamento “da grande lavoura cafeeira”(MARTINS, 1979).

Em 1874, o município de São Carlos abrigava em suas fazendas quase o mesmo número de escravos de Araraquara, pois o emprego de escravos praticamente não diminuiu até o ano da abolição. Somente em 1886 registrou-se uma queda em razão da promulgação da Lei do Sexagenários, tendo as cifras do ano seguinte já apontado a reposição destes. São Carlos ao longo dos dez anos anteriores à abolição, sempre dispôs de aproximadamente o dobro de números de escravos de Araraquara. Rio Claro, por outro lado, sempre contou com uma população escrava um pouco maior (TRUZZI, 1986, p. 40).

#### População escrava

	1874	1883	1884	1885	1886	1887
São Carlos	1568	3465	3774	3773	2982	3726
Araraquara	1626	2247	1828	1811	1300	1627
Rio Claro	3925	4852	4980	4886	3304	4709

Fonte: 1874 e 1886: CAMARGO, Crescimento, Pag. 6. 1883, 1884, 1885 e 1887: Apesp, Relatórios (CAMARGO apud TRUZZI, 1987).

No ano de 1878, Antonio Carlos Arruda Botelho - Conde do Pinhal - com seu sogro, Visconde de Rio Claro, conseguiram a aprovação do pedido da ampliação da ferrovia, para que a mesma passasse próximo da terra do Visconde facilitando assim o escoamento do café para as outras regiões, bem como as inúmeras viagens realizadas por eles a negócios. Porém a Companhia Paulista, representada pela sua diretoria, rejeitou o pedido inicial. Somente no ano de 1880, com a aprovação do Governo Imperial, esse pedido foi concretizado. Com o capital de alguns fazendeiros da região e do próprio Conde, foi criada a Companhia Rio Claro de Estradas de Ferro, cujo prolongamento até o município de São Carlos operou-se em 1884. A ferrovia proporcionou o rebaixamento dos custos da produção cafeeira, diminuindo assim os gastos com transportes, e elevou economicamente a produtividade física do café (DEVESCOVI, p. 36).

As lavouras de café, mantidas em sua maioria por imigrantes a partir da abolição, deixaram os libertos com poucas perspectivas de inserção na sociedade.

Negros e imigrantes apesar de terem culturas diferentes, passam a viver a vida cotidiana juntos. Italianos e negros passaram a conviver não só no espaço de trabalho como também nas festas, na venda, na estação de trem, enfim entre eles existia um contato cotidiano e corriqueiro nos diversos espaços de sociabilidade (SILVA, 2002, p. 9).

Após a abolição, muitos libertos continuaram nas fazendas, discriminados e recebendo um pequeno salário. Segundo os depoimentos dos entrevistados, realizavam os trabalhos mais rudimentares, como a criação de gado e a derruba das matas, dentre outros. Os negros, mesmo libertos, eram controlados pelos fazendeiros e seus capangas. Na cidade, a rua acabava tornando-se um espaço propício ao desenvolvimento de tensões e atritos entre os libertos e imigrantes<sup>2</sup>. Os conflitos interétnicos eram noticiados pelos jornais da época. Esse fato foi também constatado por Dean (1987): “Todos eram pretos anônimos, mencionados nos jornais urbanos apenas quando compareciam diante do delegado de polícia” (p. 148). Os casos de conflitos, envolvendo os negros, encontrados nos arquivos da UEIM/UFSCar foram os seguintes:

#### **Assassinato:**

No dia 1º do corrente, as cinco horas da tarde, mais ou menos, na fazenda da Horta, deste município, propriedade do Srº Jose Manoel Mesquita, o pardo Joaquim Franco, camarada daquela fazenda vibrou duas facadas, uma nas costas outra no braço, no preto Carlos Marinho, que veio fallecer quase imediatamente, proveniente da forte hemorragia causada pela facada no braço.

O criminoso foi preso, momentos depôs, pelo pessoal da fazenda que conduziu á cadeia desta cidade. (Correio de São Carlos, São Carlos do Pinhal – Sexta- feira, 4 de Janeiro de 1904 – Anno II).

#### **Facada:**

No dia 19 do corrente, na Vila Nery ás 4:12 horas da tarde, depois de uma pequena alteração, Ivo Borsetti vibrou uma facada nas nádegas do preto Baldino Vicente. A auctoridade tendo sciencia do facto fez, conduziu a cadeia o ferido, que foi medicado pelo Drº Siqueira e mandou abrir inquérito a respeito do facto. O ferido foi remetido para Santa Casa de Misericórdia. (Correio de São Carlos, São Carlos do Pinhal, sexta- feira de 22 de fevereiro de 1904).

---

2 Sobre os conflitos inter-étnicos em São Carlos neste período histórico, ver : Monsma (2000).

**Espancamento:**

Corre pela delegacia de policia um inquérito sobre um bárbaro espancamento de que foi victima uma parda de nome Maria Eugenia, na fazenda de José Baldino, no bairro de Água Vermelha, do qual foi actour o administrador da mesma fazenda, conhecido por Joaquim Quaty. (Correio de São Carlos, São Carlos do Pinhal, Quarta- feira 17<sup>de</sup> abril de 1901).

**Criminoso Preso:**

Por provocar desordens foi preso ante-hontem, próximo ao matadouro, Antonio Joaquim, que estava arado com uma faca e uma garrucha. Esse indivíduo é o mesmo que na sexta-feira santa deu uma facada no pardo Benedicto Manoel, numa venda de rua da Boa Vista, próxima a Santa Casa de Misericórdia. O tenente Costa Cardoso, activo delegado de policia est'continuando o inquérito a esse respeito. (Correio de São Carlos, São Carlos do Pinhal, 12 de maio de 1901).

**Morreram Juntos:**

Com essa epígrafe, lemos no Diário de Rio Claro de hontem a seguinte notícia.

“Da fazenda Laranja Azeda, deste município, foram mandados ante-hontem ao anoitecer, para esta cidade, em uma carroça dois pretos que alli estavam enfermos, afim de serem recolhidos à Santa Casa de Misericórdia. A carroça ficaria com os pobres enfermos em frente da Santa Casa, enquanto um empregado daquela fazenda fora a casa do sr<sup>o</sup> Provedor arranjar ordem de ingresso para os mesmos. Quando aquelle voltou já encontrou mortos os dois pretos. Enfermaram juntos e juntos morreram infelizes ( Correio de São Carlos, São Carlos do Pinhal, Quarta- feira 17 de Julho de 1901).

**Pela Polícia:**

Na noite de domingo foi preso na Vila Nery o preto Romão Fraga que, estando armado de uma garrucha ameaçava um outro preto. Romão Fraga foi solto ante- hontem depois de paga a devida multa, por uso de armas prohibidas. (Correio de São Carlos, São Carlos do Pinhal, quarta- feira, 14 de julho de 1901 n<sup>o</sup> 268).

**Desordem:**

Por promover desordens foi presa ante- hontem a preta Benedicta Patrocinia, e pelo mesmo motivo foram conduzidas á presença do delegado de policia as pretas Leonarda, Joanna e Maria. ( Correio de São Carlos, São Carlos do Pinhal, Quarta- feira 7 de agosto de 1901 n<sup>o</sup> 273).

**Espancamento:**

Relativamente a notícia que demos, no penúltimo número desta folha, do espancamento que foi victima o preto, Manoel Ignácio, em Vila Isabel, temos a acrescentar que acha se concluído o inquérito, sabendo-se já quem foi o auctor dos ferimentos, que se evadiu em seguida do crime. Não damos o nome do criminoso para não estorvar a acção da justiça. (Correio de São Carlos, São Carlos do Pinhal, Quarta-feira 18 de setembro de 1901).

**Vadiagem:**

O Sr<sup>o</sup>Dr<sup>o</sup> Phidias de Barros Monteiro, delegado de polícia que vem prestando relevantes serviços à nossa cidade no desempenho de seu cargo, resolveu tomar providencias tendentes a riprimir a vadiagem em São Carlos. Assim é que se fará prender todos os indivíduos ociosos que forem encontrados na cidade, processando os de acordo com a lei. A medida em questão é muito opportuna e merece os mais calorosos elogios, visto com o número de vagabundos em São Carlos não é pequeno. (Correio de São Carlos, São Carlos do Pinhal, quarta-feira, 4 de agosto de 1915).

A ideologia dominante, que foi sendo gestada nos finais da escravidão, representava o negro, os pardos e demais trabalhadores nacionais como incapazes e vadios. A ideologia da vadiagem – identificada aos nacionais – e a ideologia do trabalho – identificada aos brancos, imigrantes – foram produzidas no sentido de manter a segmentação da mão-de-obra, baseada na etnia, e, dessa forma, assegurar os altos índices de lucratividade aos fazendeiros de café no interior paulista. A depreciação dos negros libertos e dos demais trabalhadores nacionais foi essencial à criação das condições materiais de sua marginalização (KOWARICK, 1987). Nesse sentido, a repressão da vadiagem em São Carlos, no ano de 1915, segundo a notícia acima veiculada, enquadra-se no contexto das idéias então vigentes.

Não faz parte do escopo deste texto o aprofundamento da análise histórica de São Carlos nesse período. Contudo, as considerações deste tópico, ainda que resumidas, foram necessárias a fim de contextualizar os depoimentos colhidos. Partilha-se da idéia de que a história é feita por homens e mulheres, porém em condições determinadas. Assim, as estruturas sociais são concebidas como a moldura do quadro representado pela memória e experiência daqueles (as) que viveram num espaço/ tempo determinado.

**Nos labirintos da memória**

As primeiras indagações sobre a situação dos negros libertos pela Lei Áurea de 1888 em São Carlos do Pinhal surgiram por ocasião de um trabalho realizado nos Arquivos da Fazenda Pinhal no ano de 2000, quando foi detectado que, apesar de ter possuído uma extensa escravaria, a história dos cativos não fazia parte de seus



*Tronco e senzala*

registros. Entretanto, foram também pesquisados os arquivos da fazenda Santa Maria, cuja sede foi construída em 1887 por Theodoro Leite Camargo, onde foram encontrados alguns jornais com conteúdos tendenciosos e discriminadores em relação aos negros libertos. Nessa fazenda, ao contrário da Pinhal, foram conservados alguns instrumentos de tortura e castigos do período escravocrata – giramundo, tronco e coleira de ferro -. A senzala também não sofreu reparações, tais como aparecem nas fotos (1,2,3) registradas pela pesquisa.

A ausência das fontes escritas foi o fator que suscitou a busca de possíveis descendentes de escravos cujas lembranças pudessem compor a matéria-prima da memória individual e social dos que lá viveram. Nos limites deste texto, serão analisadas basicamente duas entrevistas, de um homem negro com 116 anos, descendente de escravos desta Fazenda e à época residente na cidade de Rincão/SP, e de uma mulher negra com 95 anos, residente nessa Fazenda até os dias atuais<sup>3</sup>.

As imagens dos jornais retratam muito mais uma situação de fuga, cujo destino era incerto. Ao mesmo tempo, no horizonte, a figura do branco aparece como a única alternativa.

O liberto viu-se convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva (FERNANDES, 1965, p.1)

Essas reflexões têm respaldo no relato do Senhor Natal. As oportunidades de trabalho encontradas pelos libertos eram as mais precárias e menos compensadoras, restando-lhes o trabalho de abertura e a construção das linhas da Companhia Paulista.

As diferenças de gênero foram percebidas no tocante à narração dos cenários, detalhes e também à sociabilidade e traumas que permanecem até hoje, apesar de decorrido mais de um século do final da escravidão. A memória é sexuada, segundo Michèle Perrot (1989). A metodologia da história oral, além de possibilitar a revelação de novos fatos ou novas versões para um fato conhecido, revela valores, interesses e situações desconhecidas pela história oficial. Para Pollak (1989), em virtude da

3- Os primeiros contatos com o Sr. Natal foram feitos no ano de 2000. Em razão da idade avançada, dos problemas de saúde – cegueira, derrame cerebral – o tempo das entrevistas era curto, para não sobrecarregar o depoente. Foram realizadas seis entrevistas durante dois anos. A última entrevista, que se constituiu num verdadeiro resumo das anteriores, foi concedida no dia 26/01/02. Alguns dias depois, em 28/02/02, ele faleceu. A senhora Leonora residiu na fazenda Pinhal durante 55 anos e atualmente voltou para lá e vive na casa de uma filha.

memória ser seletiva, nem tudo fica registrado. Consciente ou inconscientemente, alguns acontecimentos individuais ou coletivos são excluídos da memória, por meio de um verdadeiro trabalho de reorganização das lembranças: [...] **trabalhei sim aqui, Nossa Senhora da Aparecida! Trabalhei sendo lavadeira, carpia café e roçava ...[Senhora Leonora].**

As atividades exercidas pelos ex-escravos *nas brechas do mundo do trabalho livre*, que depois da abolição passou a ser dominado pelos imigrantes brancos estrangeiros, principalmente italianos, foram fatos comprovados por historiadores, citados anteriormente. Para muitos escravos, a abolição não resultou no trabalho livre, já que continuaram vivendo na mesma fazenda, sob ordens do mesmo senhor e aqueles que se arriscaram indo para cidades, não conseguiam integrar-se na sociedade já que não foram preparados para a liberdade. Lançado para os setores residuais daquele sistema, o negro ficou à margem do processo retirando dele proveitos personalizados, secundários e ocasionais (Fernandes, 1965). Ademais da inserção marginal no mundo do trabalho, a liberdade era na realidade uma ilusão.

P: Como que ficaram os negros, eles tinham salário, depois da abolição?

R: Não tinha salário eles trabalhavam, abria café, tinha pagamento... Fazia pagamento, mas o senhor, os senhores davam ajuda dava terra para eles plantar, dava criação para eles criarem, você compreende? Dava, é mais depois agora, depois nós Deus ajudou deu o reino do céu para aquele homem. Se já viu falar em Getúlio Vargas? Ele libertou, deu salário mais depois que Getúlio Vargas entrou, tomou conta aí agora nós temos liberdade, agora nós temos décimo terceiro, não é? Nós somos aposentados, temos aposentadoria... Agora nós devemos agradecer a Deus... foi aquele homem, o Getúlio Vargas; Deus que abençoe ele que colocou a lei. Hoje tem hora, antigamente não tinha não. Saía quatro horas da madrugada com o escuro voltava com o escuro com o escuro, minha filha, e não tinha hora....

P: Com quantos anos o senhor começou a trabalhar?

R: Minha filha, eu comecei trabalhar desde criança, viu?

Olha, eu peguei firme mesmo firme eu estava com seis anos nessa Santa Maria; mais desde quatro anos na fazenda do Conde na Aquidabã, meu pai ia colher café eu ia, saía tudo com o escuro... então a minha mãe ficava, fazia coberta para a gente, naquele tempo tinha eu e meu irmão mais velho e depois que aumentou bastante a família... minha mãe quando apanhava café na Aquidabã e levava nós embaixo, ali debaixo, ali nós ficava, ali debaixo, para olhar eu me lembro. Meu pai ajudou abrir a fazenda Aquidabã, ali a fazenda do Conde em São Carlos, ajudou a abrir... era no tempo dos escravos, você lembra? Pegaram lá em Santos, você compreende? Pegou em São Carlos, o Conde abriu São Carlos e tem a fazenda dele lá no museu, não tem museu lá? (O museu pode se referir à casa do Conde do Pinhal, hoje, transformada em museu).

No museu, meu pai ajudou os escravos, ajudou a fazer o museu lá. Quando fizeram o museu, abriu Ibaté, trouxeram meu pai em Matão, fazenda Aquidabã; aí para nós voltar a minha mãe ficou em Matão aqui na fazenda do Aquidabã, eles voltaram foram trabalhar em São Carlos, ajudar acabar de fazer o museu.

É ajudar acabar de fazer o museu... você foi lá, o nome está escrito do povo antigo que trabalhou lá? Naquele tempo não tinha escola ... Não tinha, quem fez (foram) os escravos; é para ter o nome, é para ter o nome de quem trabalhou naquela fazenda, quando fez o museu, é para estar escrito lá.

Para o depoente a abolição não se consolidou com o 13 de maio de 1888, mesmo posterior a essa data, os ex- escravos continuaram obedecendo às mesmas normas que antes da promulgação da lei. A libertação, entendida enquanto direito dos trabalhadores, só ocorreu com Getúlio Vargas. Vale a pena mencionar que as imagens do trabalho são fluídas: a abertura das fazendas do Conde, a construção das ferrovias, a mãe que levava os filhos enrolados em coberta para o local de trabalho. Colocar em baixo significa sob os pés de café, para evitar o sol e para que a criança ficasse sob o olhar da mãe. Esse fato ocorrido desde os tempos da escravidão prevaleceu durante o período do colonato, chegando até os dias de hoje<sup>4</sup>. A imagem da topografia, *ali em baixo*, se constitui numa lembrança forte, já que é muitas vezes mencionada em outras partes do relato. Vale a pena ainda mencionar que muitas afirmações são seguidas de perguntas. A sede da fazenda construída pelos escravos, incluindo seu pai, denominada de museu, é mencionada como algo importante, que deveria fazer parte dos registros escritos, com os nomes dos escravos que lá trabalharam.

No que tange à figura de Getúlio Vargas, como o verdadeiro libertador dos escravos, em razão da legislação trabalhista, é marcada pelo imaginário social, no qual predomina o caráter atemporal de suas ações durante o longo período em que esteve no poder<sup>5</sup>. Ele é visto como enviado de Deus. *Abaixo de Deus, foi ele quem deu a liberdade para nós*. Por outro lado, segundo ele, foi também Getúlio, o responsável pelo fim do coronelismo e de seus capangas. Foi Getúlio quem fez a *captura, que matou fazendeiros e jagunços nestes matos deste sertão todo aqui. Aqui não tinha lei. A lei era dos jagunços...*

Após a escravidão, continuou morando nas fazendas do Conde, na condição de morador. Recebia um pedaço de terra para plantar a roça de subsistência – mandioca, milho, mangarito, uma espécie de batata, além da criação de porcos e cabritos – e morava em *rancho de sapé barriado no meio do mato*. O uso da terra era permitido pelos *tubarões, os grandes fazendeiros, aqueles que tinham dinheiro*. No relato, em muitas ocasiões, há uma superposição dos tempos. Assim, o tempo da escravidão é confundido com o tempo posterior. A demarcação clara se dá com o governo Getúlio, aquele que *jogou captura contra os jagunços e que defendeu os fracos*. O espaço social caracterizado pelo sertão ou mato pode ser interpretado à luz dos textos históricos sobre a abertura de fazendas no chamado oeste paulista. Era prática comum dos fazendeiros instalar os trabalhadores nacionais e recém-libertos

4- Ver a respeito, Silva (1997).

5- A respeito do imaginário sobre Getúlio Vargas, que oblitera a ação das demais figuras políticas contemporâneas e também as que lhe são posteriores, consultar Janotti (1998).

nas áreas limítrofes de seus domínios para a derrubada das matas e também para a defesa contra ataques dos índios e posseiros, exterminados durante o avanço das grandes fazendas<sup>6</sup>. A menção aos *bichos bravos* não se reporta apenas aos animais como também aos jagunços, brancos. A expressão - *não podia facilitar*- encobre os atos de violência praticados. Tais atos deixaram as marcas do chicote em seu dorso e torço, visíveis aos olhos da pesquisadora, por ocasião da primeira entrevista, quando, em razão do forte calor, ele estava sem camisa e não percebera a sua aproximação. Logo em seguida, solicitou à bisneta que lhe providenciasse. Interrogado, num outro momento sobre tais marcas, ele silenciou, apenas afirmando que eram devidas aos *bichos bravos existentes naquele sertão e que lá a escravidão só terminou com Getúlio*.

Dona Leonora nasceu em Itirapina. Seu pai veio da Bahia, trazido, na condição de escravo, para a Fazenda Pinhal, mãe foi trazida do Piauí, e sua avó materna veio da África. Lembra também do trabalho do pai, como carpinteiro, carroceiro e no café. Sua mãe também trabalhava no café e era muito conhecida como farinheira. O pai era também sanfoneiro. As lembranças da atividade de parteira são muito frequentes no seu relato, sem contar que ela fez alguns dos próprios partos. Quanto à memória feminina sobre o trabalho, Dona Leonora selecionou o trabalho realizado por vários anos como parteira das mulheres que moravam nas fazendas. Sem recursos financeiros, não tinham condições de irem até um hospital, dando à luz em suas próprias casas, como no seu caso.

P: A senhora começou a trabalhar, com qual idade?

R: Comecei a trabalhar nova, filha, quando eu estava com oitos anos eu já ia para o café, se era tempo de colheita varria o café a gente tirando folha para aqueles que vinham peneirando já tava limpo, eu com oito anos, já estava trabalhando.

Eu morava ali, comecei a criar meus filhos ali, depois fui morar na colônia no Botofogo.

P: A senhora me falou que era parteira, com quem a senhora aprendeu?

R: Aprendi com Dr<sup>o</sup> João de Oliveira, um médico muito antigo de São Carlos, então quando as mulheres nas fazendas, Evangelina, Santa Maria iam ter a criança, ele que ia então quando chegava, às vezes dele vir aqui, ele sempre mandava me chamar ajudar.

P: Eu pensei que a senhora tinha apreendido com sua avó.

R: Não, não, aprendi com o Dr<sup>o</sup> João de Oliveira, graças a Deus eu peguei tanta criança aqui nesses lugares ai por fora, com essas duas mãos... Eu gostei... porque eu aprendi muito jeito que as crianças vinham nascendo, ele explicava, ele me tratava de Zacarias, porque meu marido era Zacarias, olha Zacarias quando você ver assim, assim seu trabalho e assim, assim quando uma criança vem vindo em pé ou sentada, ele ensinou tudo direitinho, eu tenho todo aqui nesse caco velho (refere-se à cabeça), se uma mulher gritar que vai ter nenê, eu com esse pano, graças a Deus. De primeiro, eu ficava tremendo de medo, mas graças a Deus, eu depois aprendi agora em um caso de um

6- Este processo guarda muitas semelhanças com a acumulação primitiva analisada por Marx, no livro I de *O Capital*. Na sua reprodução histórica no oeste paulista, ver, dentre outros: Martins, 1979; Lima (1978); Andrews (1991); Bacellar (1999)

aperto não para onde correr eu seguro também.(...).Olha que eu trabalhei aqui Nossa Senhora da Aparecida como que eu trabalhei, trabalhei sendo empregada, lavei roupas três anos para a condessa, carpia café, roçava pasto, colhia café quando era tempo de colher café, quando era algodão, sei dizer que eu não parava até que graças a Deus criei doze filhos; quando faleceu meu marido, o caçula estava com vinte e dois anos, graças a Deus não ficou para canto nenhum agora tão tudo no canto deles, mas conforme Deus é servido, vamos tocando e não tenho preguiça de trabalhar.

P: Antigamente as mulheres não iam para o hospital?

R: Graças a Deus eu tive doze, mas graças a Deus eu não sei o que é um parto no hospital nunca; às vezes trabalhava o dia inteiro, chegava em casa não tinha banheiro, lavava em um rego de água, lavava as criança, trocava roupa, dava janta ia deitar quando era uma hora, duas horas o moleque já tava gritando, eu falava: poxa vida! Quase que nasceu na roça, e por final eu peguei quatro com essas mãos que Deus me deu, eu mesma cortei o umbigo deles, estão aí cada baita negrão que eu fico escondida atrás deles. Agora eu vejo, coitada das mulheres, eles não têm paciência de esperar, já logo cortam e parteira não dá um banho, um chá, eu, graças a Deus, eu sempre já tinha um comprimidinho de "partolina", em caso de apertar a dor, porque todos vinham me procurar: era da Capuava, da colônia velha, eu já ficava de orelha em pé, sempre já tinha minha linha para amarrar o umbigo, tinha minha tesoura; às vezes, eu estava cheia de carrapicho estava carpindo arroz, ou quebrando milho, via aquela carrocinha vindo, aí meu velho falava: Já estão vindo atrás de você. Eu falava: Fala que não dá para mim ir, mas ele não tinha coragem... chegava... Oh senhor Zacarias, vim incomodar o senhor, vê se o senhor deixa sua esposa ir até à minha casa, porque minha esposa não está passando bem, eu ia a cavalo, tinha vez que eu ia para pegar um, vinham dois, eram gêmeos.

Os meus mesmos, os últimos eram gêmeos, eu quem cortei o umbigo, aí na frente na tulha velha, no dia de Natal.

Analisando as duas memórias sobre o trabalho, pode-se concordar com as reflexões de Michèlle Perrot (1988), segundo as quais, a memória masculina se diferencia da memória feminina, na medida em que são os padrões sócio-culturais os responsáveis pela produção das memórias. Assim, as lembranças de Dona Leonora se reportam ao trabalho produtivo e reprodutivo com ênfase na sua atividade de parteira. Os chás, o comprimidinho de *partolina*, dado às parturientes, a fim de lhes diminuir as dores, reflete o saber, o conhecimento adquirido com o médico da cidade. Por outro lado, a imagem da chegada improvisada de algum homem pedindo ao senhor Zacarias, seu marido, para que ele lhe permitisse deixar o trabalho na roça e atender à esposa deixa implícitas a obediência e a submissão ao poder masculino. Vale a pena lembrar que o trabalho feminino não se resumia ao espaço da casa. As lembranças dela indo atender às parturientes, cheia de carrapichos, é um exemplo de que as jornadas femininas na casa e na roça eram justapostas. No que tange ao trabalho das filhas, Dona Leonora afirma que elas continuaram trabalhando na fazenda, inclusive uma delas cuidou por muito tempo da Condessa do Pinhal.

Quanto ao Senhor Natal, a memória da mãe colocando-o embrulhado sob os pés de café também ratificam o trabalho feminino nos dois espaços, muito embora a

maioria de suas lembranças se refira ao espaço público. Reporta-se muito brevemente sobre sua mulher, descendente de índios, *pega no laço*, mantendo um verdadeiro silêncio sobre sua vida privada. Os dois depoentes confirmam a continuidade da moradia e do trabalho nas fazendas onde os pais foram escravos e, por este motivo, é fácil perceber que as normas de submissão sofreram poucas alterações, e a liberdade era uma ilusão, ou segundo, Sr. Natal, *naqueles sertões, a escravidão não acabou em 1888, com a lei Áurea*.

**O curro era a casa dos escravos, não tinha cobertura de sapé.  
Era um corredor (Sr. Natal).**

Ao se lembrar da moradia dos escravos, o senhor Natal emprega a palavra *curro* para denominar a senzala<sup>7</sup>. Muitas vezes, a senzala era comparada ao cocho, utilizado para alimentação dos animais.

Antigamente, colocava aquele cocho para a criação comer, antigamente era assim: colocava polenta, nós comíamos tudo ali, tinham aqueles que governavam, que faziam a comida, chamavam os escravos. Tinham mais de quinhentas, duzentas pessoas escravas, e saíam todos com as enxadas, eu me lembro de tudo isso, eu era criança, era criança...

Não, depois que acabou a escravidão, não era mais o curro; era rancho de sapé, mas depois que acabou a escravidão, os estrangeiros trouxeram suas casas bonitas, aí os fazendeiros fizeram essas colônias e suas casas bonitas. Foi o estrangeiro que trouxe prato, mobília todas essas coisas bonitas, modernas, foram eles que trouxeram, antigamente a casa era rancho de sapé, barriado, compreendeu? Cortava aqueles paus no sertão e fazia a casa.

*No curro, havia as esteiras, feitas de taboa (espécie de planta fibrosa). Não havia separação entre as pessoas. Todos dormiam no chão, os escravos eram jogados ali, todos deitados naquele ranchão comprido.*

Dona Leonora morou desde pequena na Fazenda Pinhal, cujas lembranças são muitas. Afirma que a antiga senzala, onde hoje é o salão de festas (todo remodelado), era habitada por camaradas. A denominação “antiga senzala” é dada ao lugar feito de chão batido igual ao do terreiro de café.

P: Aqui onde está o salão de festa já foi utilizado de outras maneiras?

R: Era tudo casa, cada um tinha a casinha dele, era tudo camarada, e assim para o lado de cima tinha uma casa também, era cheio de casa tinha muito gente, tinha a colônia velha também que era uma colônia comprida, o Botafogo, a Capuava também era daqui era movimentado de primeiro.

P: Na época que a senhora veio, o que era o salão de festas?

R: Já era casa mesmo, já era casa de camarada. Chão batido igual do terreiro de café. Aquilo que era sofrer! Mas graças a Deus eu me vejo bem, se eu fosse uma descabeçada, nem osso não tinha .mais...

<sup>7</sup> A palavra curro, segundo o Dicionário Aurélio, se refere em São Paulo ao conjunto de senzalas. Em outras pesquisas, uma trabalhadora rural negra do município de Altinópolis afirmou que seu pai fora escravo, e que morou em *salão de chicote*. Tanto num caso, como noutro, a palavra senzala não foi mencionada. Dona Leonora se reporta à *antiga senzala*, de chão batido.

Um outro fato observado nos depoimentos da Senhora Leonora e do Senhor Natal, é que ambos retratam a questão do respeito mantido para com os mais velhos.

Minha avó fazia nós respeitar os mais velhos como respondia, agora a gente chega a benção, naquele tempo a gente falava: "São Christi" então aqueles que estavam para receber a benção respondiam, a gente chegava com a mãozinha arrumada assim: São Christi, eles falavam: Deus que te abençoe; minha avó colocava a gente sentada assim (faz o gesto com as mãos).

O senhor Natal também se refere ao ato de se ajoelhar e pedir a benção, pronunciando as palavras São Christi, porém aos brancos. Afirma que quando chegaram os imigrantes na fazenda, as crianças, os *crioulinhos*, faziam fila e lhes diziam *São Christi*. Ele se recorda, com risos, que os imigrantes ficavam assustados com aqueles gestos e lhes diziam que em suas terras não havia esse costume. Outra passagem interessante de suas lembranças diz respeito ao costume de os meninos negros usarem camisolões, ao invés de calças, como os meninos brancos, e que foram os imigrantes que fizeram com que eles mudassem sua maneira de vestir. No que concerne ao hábito de comer, ele também afirma que foram os imigrantes os responsáveis pelas mudanças. Os pratos individuais, assim como os talheres eram costumes dos brancos, porque os negros e os *crioulinhos* comiam juntos em gamelas e com as mãos. A comida era composta de farinha torrada, torresmo, carne e fubá. Segundo ele, não havia o hábito de comer arroz, algo que foi introduzido pelos imigrantes.

Eu e meu irmão, aqueles mais velhos, aqueles *crioulinhos*, nós vestíamos camisola, como mulher, aquela camisolona, as meninas também; aqueles estrangeiros que trouxeram tudo, prato, antigamente era na gamela de pau, colocava a comida pra aquelas crianças tudo junto, comia tudo com as mãos, filha, com as mãos, os estrangeiros que trouxeram os aparatos...

Não existia zinco, prego, cerca, veio tudo dos estrangeiros quando construiu o porto de Santos, aí vinha arame, zinco; os estrangeiros sabiam tudo, lá existia olaria para fazer tijolo. Parava nestas estações, era tudo de pau-a-pique, depois foi fazendo o tijolo, foi tudo mudando, trouxeram telhas, zinco, arame cerca. Antigamente não tinha, soltava criação, tudo perigoso, minha filha, havia onça, esses bichos bravos, depois os estrangeiros ensinaram a fazer cerca. De primeiro, os índios, era tudo índio aqui, faziam o mangueiro para ter a criação, abria no meio do mato, na beira de um córrego, onde colocavam a saída para um cocho de pau, abria, cortava aquelas varas, amarrava com cipó que secava; a porteira era de pau-a-pique; fincava uma vara em cima da outra, de pau-a-pique, agora os estrangeiros que trouxe esse luxo de mangueiro tudo bonito...

A construção das casas com tijolos, telhas, do mangueiro para os porcos, as cercas, a mobília, o hábito de se ajoelhar diante dos brancos, as vestimentas, os calçados – pois os escravos andavam descalços e mais tarde os libertos usavam alpargatas feitas com couro de boi -, a maneira de comer, são formas de comportamento dos brancos imigrantes e que se constituem, no nível das lembranças de negros, que até então experimentavam a vida nos curros, um verdadeiro processo civilizatório (ELIAS, 1990).

Algumas passagens do relato remetem à idéia da introjeção da dominação. Segundo Pierre Bourdieu, seria o habitus, ou seja, um conjunto de normas que, aos poucos, vão modelando os comportamentos individuais. Assim, o hábito de pedir a benção foi introjetado pelos crioulinhos para se reportarem aos brancos, considerados indistintamente pelos *crioulinhos* como senhores de escravos. As lembranças dessas imagens são acompanhadas do riso, ou seja, do riso trágico. Quais as razões do hilário diante de uma imagem triste do passado? Por que não ocorre o contrário, o choro?

O riso é uma forma de expressão durante a narrativa. Ele, contudo, não é compartilhado pelo entrevistador. Ele é fruto das imagens do passado traduzidas no corpo presente e no corpo habitual; é uma construção subjetiva. Pode-se afirmar que o riso traduz dois pontos de encontro: o corpo do ancião e o corpo da criança; o riso é uma verdadeira marca na pele do ancião (MOORE, 2004; TUOMAALA, 2004).

Ainda que sob a forma de pequenos fragmentos, essas lembranças trazem alguns pontos luminosos sobre esse momento da história dos negros após a libertação. A convivência com os brancos, segundo as pesquisas de Monsma (2000) e Silva (2002), acima citadas, revela muitos conflitos inter-étnicos, que acabaram em processos crimes. Os relatos dos dois depoentes trazem outros elementos importantes à análise do cotidiano entre brancos e negros no contexto da liberdade vigiada e controlada pelos fazendeiros de café.

**As coisas antigas, que eram malvadezas,  
Não é mais para estar lumiando [iluminando] (Sr. Natal).**

A memória da escravidão aparece nos depoimentos por meio das lembranças dos depoentes e também por meio da memória herdada de seus antepassados. Os instrumentos de tortura, como o tronco, a forca movida pela carretilha e a jangada, aparecem e ao mesmo tempo desaparecem nos labirintos da memória, encobertos pelo silêncio. Nos fragmentos das lembranças do senhor Natal, estão ancorados, com nitidez, as ferrovias, os nomes dos fazendeiros, como o Conde do Pinhal, Martinho Prado Junior, Pedro Morganti, além dos nomes das fazendas. Em quase todas as entrevistas, ele citou os percursos e as cidades, por onde era o traçado das ferrovias. Guatapará, São Carlos, Matão, Ibaté, Araraquara, os nomes das estações, como Monjolinho, Dumont etc., são lugares mencionados com muitos detalhes, além de sempre enfatizar que havia índios nessas terras e os libertos e os escravos eram os responsáveis pelo trabalho, inclusive seu pai. Vale a pena lembrar que ele se reporta aos termos - abertura de fazendas - com o mesmo significado dado pelos historiadores, que estudaram esse período histórico da construção das ferrovias e da abertura de fazendas, nessa região do chamado oeste paulista.

Algumas lembranças que compõem a narrativa do Senhor Natal podem ser analisadas como lembranças encobridoras, segundo a definição freudiana. Para Freud, a lembrança encobridora deve seu valor enquanto lembrança não a seu próprio conteúdo, mas às relações existentes entre aquele conteúdo e algum outro, que foi suprimido. Pode-se, segundo ele, distinguir vários tipos de lembranças encobridoras. Há aquelas que são incompletas em relação a cenas infantis e também aquelas

formadas por resíduos de lembranças relativas à vida posterior. Uma lembrança encobridora pode ser “regressiva ou progressiva”, de acordo com a relação cronológica, ou outra relação, que se mantenha entre o encobrimento e a coisa encoberta (FREUD, 1976, p. 352-353).

Dessa sorte, segundo Freud, há muitos acontecimentos revelados sobre a vida infantil, que, quando testados à luz de outras recordações de adultos, revelam ter sido falsificadas.

Não que sejam completas invenções; são falsas na medida em que transferem um evento para um lugar onde ele não ocorreu... ou na medida em que fundem duas pessoas em uma, ou a substituem por outra, ou em que as cenas como um todo parecem ser combinações de duas experiências separadas... a investigação detalhada mostra antes que essas falsificações de lembranças são tendenciosas – isto é, que elas servem a objetivos de repressão ou de deslocamento das impressões repulsivas ou desagradáveis... o material cru dos traços de memória, a partir do qual a lembrança foi forjada, permanece desconhecido para nós em sua forma original (p. 353).

Para a psicanálise freudiana, pode-se questionar se temos alguma lembrança da *nossa* infância:

Lembranças relativas à nossa infância podem ser tudo o que possuímos. Nossas lembranças infantis mostram-nos nossos primeiros anos não como eles foram, mas como nos apareceram nos períodos posteriores em que as lembranças foram despertadas. Nestes períodos do despertar, as lembranças infantis... não emergiram; elas foram formadas nessa época. E inúmeros motivos, sem nenhuma referência à precisão histórica, participam de sua formação, assim como da seleção das próprias lembranças (p. 354).

Essas reflexões nos parecem as mais apropriadas para a análise dos fragmentos das lembranças do Senhor Natal sobre a tortura, castigos experimentados pelos negros na época da escravidão, os quais, sob a forma de lembranças encobridoras, continuaram depois da libertação. Na medida em que tomou conhecimento da presença da pesquisadora, Andréa Peres Appolinário, na fazenda Pinhal, ele, em vários momentos, perguntou-lhe sobre a forca, giramundo e o tronco, lá existentes na época da escravidão.

Naquele tempo tinha a forca assentada lá. Ainda tem a forca? Não! eles não deixam mais essas coisas assim, eles tiram, não é?

A forca! Naquele tempo não existia a cadeia, fazia o erro, então colocava na forca e matava enforcado. Tinha um para matar! Mas agora essas coisas acabaram. Você já viu tirar água do poço com carretilha? Você já foi em um matador? Tem a carretilha, coloca no pé da criação... aquela carretilha sobe para tirar o couro. Assim eles faziam. Matavam escravos... matavam escravos! E minha filha, eu vou falar... mas agora, está bom porque a princesa Isabel libertou, primeiramente Deus, não é? Primeiramente Deus poderoso! Porque se não fosse por Deus nosso Brasil estaria atrás de forca ainda! E depois dela nós agradecemos Getulio Vargas. Aquele foi o governador que Deus pôs neste mundo e que deu pão para nós todos... Recurso para nós antigamente era couro, couro, couro... aqueles malvados com rabão de tatu... couro, em nós! Se mudava um passo, eles falavam: vamos e o pouco que demorava, eles batiam. Com licença da palavra, minha filha, dava uma dor de barriga brava,

só Deus! Se pedia, pedia, pedia. Eu não agüento mais, ele não dava não. Ele só olhava assim com uma cara feia. A gente sabia. Se saía correndo, ele olhava no relógio, mostrava marcando demorava um pouco ele xingava de lá... com licença da palavra, 'você está cagando prego?' 'Ladrão de tempo'. Dor de barriga brava. Comedor de tempo, ele pensava que a gente estava fazendo hora, compreendeu? Se morria, ali morria, eles matavam, faziam meia lua (cova que contorna o pé de café) debaixo do pé de café, enterrava colocava terra por cima, virava esterco. Não tinha lei na roça. Tinha esses... que serviam os brancos... mas não podia abrir a boca, você compreende? Eu tenho medo de ficar contando essas coisas antigas porque eu fui a São Paulo e foi proibido, para não falar mais essas coisas, minha filha, que mora lá, falou: 'pai, essas coisas do tempo antigo não fala mais, porque aqui em São Paulo estão prendendo os velhos, os antigos'; eles prenderam meu pai...

Em muitos momentos, essa frase da filha foi pronunciada. O trauma da escravidão silenciou a memória. O relato acima se reporta ao controle exercido no eito pelos feitores, os malvados, aqueles que serviam aos brancos. Denominações, tais como '*ladrão de tempo*', '*comedor de tempo*', refletem as relações de dominação/exploração da força de trabalho também da própria pessoa do escravo, que, em caso de desobediência, poderia ser morto e enterrado em cova, em forma de meia lua, debaixo do pé de café e se transformar em esterco. Outra maneira de matar era por meio da *jangada brava*

Tinha uma roda que chamava jangada, já ouviu falar nela? Ela chama jangada, aqui em Gavião Peixoto, ali tinha uma fazenda que chamava Jangada Brava. Tinha essa roda que é tocada à água tem muitos relhos, que varavam os escravos, conforme ela vira, eles batiam nos escravos Molhava, matava, ficava batendo naquela água, ficava machucado até morrer porque a água e a friagem... Ficava a noite rodando, chamava jangada brava, uma rodona grande... é, minha filha, os escravos sofreram muito. Eles amarravam os escravos no tronco para bater. A lei era dos grandões, dos tubarões... amarravam e passavam aquela argola para bater, tinha uma roda e eles mandavam o jagunço bater.

Analisando alguns autos criminais do período de 1869 a 1888, verificou-se a existência de assassinatos e suicídios de escravos nas fazendas do município de São Carlos do Pinhal (SILVA; DIAS, 2002). Este era um fato existente em outros municípios produtores de café. O sistema do eito determinava o cotidiano dos escravos na medida em que é a partir dele que são definidos o tempo livre e as atividades autônomas. Devido à estreita ligação entre o trabalho fiscalizado do eito e a margem de autonomia dos escravos é que se deu a maioria dos conflitos entre os escravos e seus senhores. Para Machado (1994), na medida em que reivindicavam a liberdade, chegando a deixar o eito em desobediência a feitores e senhores, negando uma das características que a autora considera essenciais e legitimadoras da escravidão – o trabalho em grupo fiscalizado –, questionaram e desorganizaram o sistema de trabalho das fazendas e contribuíram eficazmente para o processo da abolição da escravatura. Os castigos, os suicídios, as torturas que, não raramente, resultavam em mortes, constituem-se nos ingredientes da revolta e da resistência dos escravos e que,

paulatinamente, foram minando a escravidão. No entanto, na memória do senhor Natal, estes fatos são representados de outra forma. Para ele, o final da escravidão somente ocorreu em razão da Princesa Isabel, num primeiro momento, e, num segundo, graças a Getúlio Vargas.

Retomando o conceito freudiano de lembranças encobridoras, os fatos rememorados não ocorreram com o depoente, porém, lhe foram transmitidos, por meio da memória herdada de seus antepassados. Na realidade, são lembranças deslocadas das quais muitos elementos essenciais foram omitidos. Contudo, se tais lembranças permanecem desconhecidas em sua forma original, elas não são falsas, segundo a análise freudiana. Tais lembranças estavam adormecidas nas profundezas da memória, sobretudo, abafadas pela proibição e pelo medo de revelar *essas coisas antigas*. Ao serem despertadas pelas perguntas da pesquisadora, elas não *emergiram*, porém *foram formadas*, isto é, foram recontadas, reconstruídas a partir da realidade presente. Por outro lado, muitos outros acontecimentos não foram relatados, constituindo o domínio do indizível (QUEIROZ, 1998), do silêncio. Sobre o não dito, o silenciado, afirma Pollak (1989), que não se trata de esquecimento, mas de uma reflexão sobre a própria utilidade de falar e transmitir seu passado.

Na ausência de toda a possibilidade de se fazer compreender, o silêncio sobre si próprio – diferentemente do esquecimento – pode mesmo ser uma condição necessária... para a manutenção da comunicação com o meio ambiente (p. 13).

Dessa sorte, ele manteve silêncio sobre os sinais de chicote em seu corpo, sobre sua mulher, índia *pega no laço*, seus filhos, e também sobre outras fases de sua longa experiência de vida.

Numa outra parte de seu relato, o Senhor Natal reconta, em detalhes, a morte na forca de seu padrinho, chamado Jurimão, por ordem do Conde do Pinhal. A justificativa desse assassinato se deveu, segundo ele, em virtude de uma armadilha feita por um imigrante italiano, que tinha inveja de seu padrinho, em razão de ser muito querido pelo Conde. Em resumo, os fatos ocorreram assim. Havia sido trazido da Europa um touro de raça para a fazenda. Durante uma das viagens do Conde, o italiano apareceu na casa de Jurimão e o convenceu a matar o boi para comer. Após muitos dias relutando contra essa idéia, o padrinho se submeteu ao pedido do italiano, que, em seguida, o delatou ao Conde. Jurimão foi morto na forca em São Carlos, sob a acusação do italiano que gritava: *ladroni, ladroni*. Ele afirma que era criança e se lembra desse fato, quando o padrinho se despediu de Ana, sua mulher, e de sua filha, Gabriela, as quais chorando diziam que lhe haviam avisado para não matar o boi e que ele estava sendo traído pelo italiano. Com isso, ele deixa comprovada a existência da forca em São Carlos.

Ainda que esse acontecimento não tenha ocorrido dessa forma, ainda que não tenham sido esses os personagens – o italiano, o conde e o padrinho – e ainda que não tenha sido esse o momento histórico preciso, os instrumentos de tortura, os maus tratos, os assassinatos faziam parte da ordem escravocrata. No relato, os quadros sociais da memória (HALBWACHS, 1994) aparecem com muita nitidez: Jurimão, que era uma pessoa boa, sem maus costumes, sua fidelidade em relação ao conde e a confiança depositada no italiano calabrês, justamente por ser uma pessoa de boa-fé. Nesse momento, ele se reporta aos italianos como competidores dos negros, aqueles

que adulavam os patrões para lhes tomar o lugar de trabalho, por isso, eles eram traiçoeiros, representações que contrastam com aquelas mencionadas anteriormente.

A narrativa apresenta também alguns elementos do imaginário social. Logo após ter relatado a morte do padrinho na forca em São Carlos, se refere a uma jovem, dançarina de uma escola de samba (portanto, num outro tempo), que durante um baile havia dançado com um lindo rapaz, que se revelou ser o diabo, pois no final do baile, ao retirar o chapéu, ficaram evidentes seus dois chifres. Em seguida, apareceu um touro bravo no clube de São Carlos. Seria esse o momento da vingança, em nível do imaginário de Jurimão, o padrinho honrado que ficou com fama de ladrão, porque foi traído pelo calabrês? Seria esse o momento da recusa das injustiças cometidas contra os negros? Seria essa a explicação do aparecimento do touro bravo no clube da cidade onde fora enforcado Jurimão?

As perguntas são frutos do indizível. O imaginário contém o real e o irreal. Partilha-se aqui das interpretações de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1993) sobre a obra de Roger Bastide. Ao comentar o conceito de imaginário, adotado pelas ciências sociais, essa autora afirma que, para Bastide, o imaginário vai além do exprimível; engloba o indizível, que, embora não seja passível de expressão ou de representação figurativa, constitui algo de tão real quanto a realidade material. Não é percebido claramente pela mente e por isso não alcança uma presença evidente nas palavras e nos objetos;

(É) representação nebulosa do espírito...Não existe, para Bastide, oposição entre o imaginário e o real; não há nenhuma dualidade entre ambos, uma irreducibilidade que tivesse sua origem entre coisas radicalmente diferentes...real e imaginário não coexistem somente; ambos se associam, se interpenetram, chegam a se misturar (p. 129).

No que concerne à narrativa de Dona Leonora, ela, diferentemente do Senhor Natal, não fez nenhuma menção aos castigos e maus tratos sofridos pelos escravos. Em virtude de residir ainda na Fazenda com uma filha e lá ter trabalhado durante cinquenta e cinco anos, seu discurso é eivado de pontos positivos em relação aos proprietários. O silêncio é rompido quando ela se reporta ao sofrimento de sua vida, que somente foi suportado com a ajuda divina.

P: A senhora se lembra da condessa?

Ela era muito boazinha, mais coitadinha já estava quase no fim. Ela era boazinha para tratar a gente, às vezes eu vinha para ensaboar a roupa, naquele tancão, às vezes eu ia dar um adeus para ela, ela estava sentadinha na cadeira, que nem uma boneca, tratava muito bem a gente; elas usavam aqueles rouponas que arrastavam no chão... não tinha esse movimento de carro, era tudo trole, carro de boi, numa hora dessas assim (período da tarde), eles vinham chegando da Capuava para almoçar, tudo de trole mais eles eram muito bons para tratar a gente. A condessa eu cheguei até conversar com ela porque a minha filha ficou tempo com ela, ela era pequenininha ainda mais como era muito esperta ela mandou me chamar; eu estava lavando roupa e me pediu se eu dava a minha filha para ela. Eu falei: Senhora condessa, dá, assim, o coração da gente, não dá para dar um filho, ainda mais

que ela é a primeira. Então, ela falou: Como vamos fazer? Manda o Zacarias para nós combinar. Ai eu falei para ele: Ele falou, agora apertou, o que você acha? Eu acho que eu não dou, de nenhum jeito eu dou minha filha. Ai subindo, ela falou: Está bom, seu Zacarias, então vamos fazer assim, você deixa ela fazendo companhia o dia-a-dia corrente, quando for de tardezinha, se não tiver ninguém para vir buscar ela, eu mando alguém levar. Nós morávamos no Botafogo, ela vinha ficar no casarão, depois quando eles foram embora, a minha filha foi para Poços de Caldas com eles; lá ensinaram leitura para ela, foi para São Paulo, até na morte da condessa, ela estava lá.

A memória feminina retrata os detalhes do cenário em que se deu o diálogo com a condessa. A chamada pela condessa quando ela estava ensaboando a roupa para lhe fazer o pedido de doação da filha; a imagem em que a condessa foi subindo (talvez as escadas), após ela ter consultado o marido e terem decidido pela não doação, a chegada deles (os patrões) em trole ou carro de bois, as *rouponas* (vestidos compridos) utilizadas pelas mulheres fazendeiras, são imagens fugazes do cotidiano da família de negros, descendentes de escravos, que continuaram vivendo nas fazendas. Em vários momentos, ela ressaltou que eles eram muito bons. Quando interrogada sobre a senzala, ele sempre mencionou que era casa de camaradas. Em nenhum momento, a palavra escravidão foi pronunciada em seu depoimento. A denominação dada a este lugar é *feito de chão batido igual o do terreiro de café...Aquilo que era sofrer...mas, graças a Deus, eu me vejo bem*. Nesse momento, as reticências refletem os vazios do seu discurso....Quando se reporta ao pai, que veio da Bahia, ela afirma que de lá ele trouxe a sanfona e um pouco de sua roupa e deixou sua família. Quando aqui chegou, conheceu sua mãe e se casou com ela. Do mesmo modo, ao se referir à sua avó materna, diz que ela veio da África e não que foi trazida, na condição de escrava.

Na verdade, seu discurso é marcado pelo silêncio a respeito da própria história. Aliás, situação recorrente nos demais depoimentos com outras duas mulheres, que não foram escravas, mas cujos pais o foram, mantiveram muitos silêncios a respeito da condição à qual foram submetidas. Em muitos momentos, o que se registrou foi o indizível, aqui interpretado não como esquecimento, porém como forma de resistência. Dona Leonora se lembra de ter começado a trabalhar muito cedo, varrendo o chão para recolher os grãos de café após a colheita, "*retirando as folhas para facilitar o trabalho daqueles que vinham peneirando*".

"Silêncio que atravessa as palavras, que existe entre elas, ou que indica que o sentido pode sempre ser outro, ou ainda que aquilo que é o mais importante nunca se diz..."(ORLANDI, 1995, p.14).

Do mesmo modo, Dona Tereza, ao se referir a seu pai, que fora escravo, afirma que ele não morou no *salão do chicote* e, quando estava mais velho, *morava nas ruas e pedia as coisas para os outros*. Essa mulher nada mais disse sobre o tempo passado, preferindo relatar somente o tempo presente.

### Considerações finais

A historiografia e a produção sociológica mostram que a abolição da escravatura não significou a real libertação para os negros e seus descendentes.

Hoje, decorridos 117 anos após a Lei de 1888, as discriminações continuam, agravadas pelas inúmeras formas de hierarquizações da sociedade brasileira, nas quais não somente as categorias de raça/etnia, como também as de classe, gênero e de idade, impõem à imensa maioria das pessoas a condição de desiguais e, em muitos casos, de excluídos ou à margem da sociedade. As inúmeras práticas sociais – ações afirmativas, cotas para negros nas universidades etc. – implantadas recentemente visam à correção dessas discriminações e desigualdades sociais.

No início do século passado, ideólogos, como Tavares Bastos, afirmavam que se o Brasil tivesse em sua formação apenas pessoas brancas, ao invés de negros, o país teria sua riqueza triplicada, pois os brancos eram bem mais produtivos que os negros. Outros consideravam os negros movidos pelos instintos e, portanto, eram temidos. Livres, incultos, poderiam cair na vagabundagem e no crime, levando, em consequência, a desordem às cidades e ao campo.

Os depoimentos orais colhidos para a elaboração deste artigo, revelaram, apesar dos fragmentos das lembranças e também dos silêncios, que após a libertação continuou a escravidão disfarçada, *não podendo facilitar, segundo as palavras do senhor Natal*. A metodologia da história oral permitiu a descoberta de muitos aspectos importantes para a micro história e para o estudo do cotidiano de negros logo após a abolição. Os depoentes encontrados e que se dispuseram a falar já estavam com sua vida desgastada pelo tempo e ainda conservavam o medo e os traumas da escravidão. Ainda que, diferentemente, a narrativa masculina tenha conseguido vencer algumas barreiras de muitos silêncios, algo que não ocorreu com a memória feminina. Sendo a memória sexuada, interpreta-se o silêncio da memória feminina a partir das categorias de gênero, além da raça/etnia. Assim, as decisões tomadas por Dona Leonora, segundo seu relato, sempre foram precedidas da consulta ao marido, até mesmo para o atendimento dos partos. Portanto, a introjeção da dominação – de raça/etnia e gênero – está presente consciente ou inconscientemente em seu ser. Ela própria era chamada de Senhor Zacarias, em razão de desempenhar funções fora de casa e independentes da presença do marido, na condição de parteira.

A situação das mulheres trabalhadoras rurais, brancas e negras, durante o período do colonato, foi marcada pela dominação masculina. Elas não dispunham de autonomia, pois no trabalho na roça eram vigiadas e controladas pelo pai-patrão (SILVA, 1997).

As considerações teóricas foram instrumentos eficazes para a interpretação do silêncio, das lembranças encobridoras e também para o entendimento do passado como processo em reconstrução pelo presente. Os acontecimentos passados não são meramente descritos ao serem despertados, porém reformulados, reconstruídos, recontados. Não se trata de considerar os fatos relatados como falsos ou verdadeiros. As imagens do passado se enquadram na encruzilhada de vários tempos e também de vários espaços sociais. Para o senhor Natal, por exemplo, a data 13 de maio de 1888 não teve o significado que a história celebrativa tem. Para ele, a libertação tem outra data, aquela dos direitos trabalhistas, logrados com o *Governador Getúlio Vargas, enviado por Deus*, durante a ditadura do Estado Novo.

A memória diz respeito ao tempo vivido e não ao designado pela história oficial ou celebrativa. Ainda mais. Há muitas memórias individuais e sociais (coletivas).

A memória individual se situa no interior das memórias coletivas, ora se diferenciando delas,oras se assemelhando. Cabe ao pesquisador, reconhecer as heterogeneidades, as particularidades dos casos estudados. As memórias do senhor Natal e da dona Leonora, no contexto do período de sua vida, refletem a peleja para sobreviverem nas brechas da liberdade, por meio do trabalho. Eles viveram e trabalharam (BOSI, 1994). O senhor Natal, pouco antes de morrer, afirmou que as malvadezas são destruídas para não ficar iluminando este mundo. Sua sabedoria foi capaz de perceber que os materiais, os objetos – no caso, os instrumentos de tortura – são a matéria-prima das lembranças. Fazem parte da história objetivada. Portanto, muitas vezes, tornam-se perigosos, pois põem em risco a ordem estabelecida. Por essa razão, na Fazenda do Pinhal, símbolo da aristocracia cafeeira paulista, detentora de enorme plantel de escravos, os registros materiais e escritos da escravidão foram apagados. Atualmente, transformada em lugar de visitação pública, pois foi transformada em Patrimônio Histórico, revela a história de seus moradores – a família do Conde do Pinhal. Contudo, os escravos que aí viveram e sofreram não fazem parte desse patrimônio.

As duas memórias, ainda que silenciadas, agora escritas, estão à procura de um lugar, o lugar da memória de negros, longe do curro. Se tais reflexões contribuírem para o conhecimento da história desse período e também para o processo de identidade social dos negros deste país, logrou-se o objetivo ao coletar as lembranças do senhor Natal e de Dona Leonora e também ouvir os silêncios de Dona Tereza e Dona Gregória.

## Referências bibliográficas

ANDREWS, Georg Reid. *Blacks and whites en São Paulo. Brazil 1888-1998*. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1991.

BACCELLAR, Carlos de Almeida Prado. O apogeu do café na Alta Mogiana. In: BACCELLAR, Carlos de Almeida Prado; BRIOSCHI, Lucila Reis. (Orgs.). *Na estrada do Anhanguera. Uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas, FFLCH/USP, 1999, p. 117-163.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de velhos*. 3ª ed., São Paulo: Companhia de Letras, 1994.

DEAN, Warren. *Um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

DEVESCOVI, Regina de Campos Balieiro. *Urbanização e acumulação: um estudo sobre a cidade de São Carlos*. São Carlos: EDUFSCar, 1987.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizacional*. Lisboa: Dom Quixote, 1990.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo: Difel, 1976.

FERNANDES, Florestan. *O negro o mundo dos brancos*. São Paulo: Difel, 1962.

\_\_\_\_\_. *A integração do negro na sociedade de classes*. Vol. I, São Paulo: Dominus, 1965. vol. 1.

FREUD, Sigmund. Lembranças encobridoras. In: *Obras Completas*. V. III. Rio de Janeiro: Imago, 1976, p. 333-356.

HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Albin Michel, 1994.

JANOTTI, Maria de Lurdes Mônico. O imaginário sobre Getúlio Vargas. *História Oral*, São Paulo, n. 1: 91 - 120, jun. 1998.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: A origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LIMA, João Francisco Tidei. *A ocupação da terra e a destruição dos índios na região de Bauru*. 1978. (Dissertação de Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *O Plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: UFRJ/ São Paulo: Edusp, 1994.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MONSMA, Karl. História de violência: processos crimes e conflitos inter-étnicos. *XXIX Encontro Anual da ANPOCS, GT: Migrações Internacionais*, 2000.

MOORE, Kate. Laughing in Oral History. Paper apresentado no *XIII International Oral History Conference*. Roma, jun. 2004.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio*. UNICAMP, 1995.

PERROT, Michèle. Práticas da memória feminina. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 18: 9-18, ago/set. 1989.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3: 3-15, 1989.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: VON

SIMSON, Olga de Moraes. (Org.). *Experimentos com história de vida. Itália – Brasil*. São Paulo: Vértice Revista dos Tribunais, 1988, p.14-43.

———. Para atingir o imaginário em Sociologia: a contribuição de Roger Bastide. In: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. (Org.). *O imaginário em terra conquistada*. São Paulo: CERU, 1993, p.101-133. (Coleção Textos, V. 4, 2ª série).

SILVA, Maria Aparecida de Moraes Silva. De colona à bóia-fria. In: PRIORE, Mary Del. (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto; Edunesp, 1997, p. 554-577.

———. DIAS, Janaína. Nas fendas da escravidão. Crime e suicídio em São Carlos do Pinhal (1869-1888). *Raízes*, v. 21, n. 2: 212-226, jul./dez. 2002.

SILVA, Virgínia Ferreira. *O viés racial nos discursos de italianos e negros: uma análise de processos criminais do Município de São Carlos (1890-1900)*. (Dissertação Mestrado. PPG/Ciências Sociais/UFSCar, 2002).

SPINDEL, Scheiwa. *Homens e máquinas na transição da economia cafeeira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. *Café e indústria: São Carlos (1850-1950)*. São Carlos: EDUFSCar, 1986.

TUOMAALA, Saara. Why did Anna laugh? Phenomenological and gender perspective to oral history. Paper apresentado no *XIII International Oral History Conference*. Roma, jun. 2004.

**Abstract:** The objective of this article is to reconstitute the blacks' memory in the city of São Carlos do Pinhal (beginning of the XX century), soon after the slavery's abolition, to describe the black's life instead of the European immigrants' life. The principal source of the investigation is the oral history, to explain the importance of the orality in themes on which that sources are rare. We interviewed a man 116 years old, who lived in the city of Rincão/SP, ex-slave of this region, who is a true testimony of this period, and also a woman 95 years old, who lives in the farm Pinhal in São Carlos/SP. Farther the oral sources, were finded some documents, Farther, some documents vere found, such as monographies, newspapers, photos, farmer's personal letters, where there are some historical fragments of free new's and women's lives.

**Keywords:** memory of free blacks. slavery. work.